3 PREVENÇÃO COM REPRESSÃO, NÃO QUEREMOS!

3.1 Dimensões de Prevenção na Prática Escolar

A palavra prevenção origina-se do latim, *praeventione*, que “significa ato ou efeito de prevenir”. Prevenir, por sua vez, do latim, *praevenire*, significa “vir antes, tomar a dianteira, dispor com antecipação, dispor de maneira que evite algum dano, ou mal” (Ferreira, 1999, p.1636). O ato preventivo, então, requer medidas que antecipem um fato, objetiva evitar que determinada situação ocorra para que se evitem conseqüências não desejáveis.

Em entrevistas realizadas, tanto com adolescentes quanto com professores do ensino fundamental e médio pode-se perceber um consenso com relação ao conceito de prevenção. De forma geral, os conceitos formulados apontaram:

“É uma medida que antecede um fato.” (P6, 06/03/01)

“São ações que visam a evitar que algum mal possa acontecer.” (Felicía, 17 anos, 2ºB, 06/12/00)

No caso da prevenção do uso indevido de drogas, essas conseqüências seriam relativas a várias ordens, entre elas biológica, psicológica, social.

Muitas foram as modalidades de prevenção que surgiram, ao longo do tempo, devido à explosão do uso de drogas, principalmente a partir de meados da década de 70. A legislação brasileira de combate aos tóxicos, reconhecendo a necessidade de tratar as drogas não somente como um problema legal, mas também social, já em 21/10/76, regulamenta a lei nº 6.368 que, em seu artigo 5º,

determina que nos programas de formação de professores devem ser incluídos temas referentes às drogas que provocam dependências física e/ou psíquica. No parágrafo único do mesmo artigo, consta também que os programas de ciências naturais, que integram o currículo do ensino fundamental, devem ter obrigatoriamente pontos que visem a esclarecer os efeitos dessas substâncias entorpecentes. Na realidade, nem um nem outro nunca foram nem são, a rigor, cumpridos, apesar de que essa lei vigora ainda hoje. Algumas propostas e projetos educativos, principalmente aqueles pautados pelos novos parâmetros curriculares nacionais, tentam modificar essa perspectiva. Em contrapartida, surgiram, a partir da regulamentação legal, modelos de prevenção que nem sempre estavam ou estão assentados em premissas éticas voltadas para a formação cidadã da criança ou do jovem. Entendendo, aqui, que essas premissas deveriam estar sustentadas pelo conceito de ética contemplado por Freire (1996), quando propõe:

“... uma ética que condena o cinismo do discurso, o falsear a verdade, o iludir o incauto, o golpear o fraco e indefeso, o soterrar o sonho e a utopia, o testemunhar mentirosamente. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de gênero, de raça e de classe. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles... falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como falo de sua natureza constituindo-se social e historicamente não como um “a priori” da História.” (Freire, 1996, p.17-18)

E entendendo a formação cidadã como:

“... a formação que reforça o elo entre cidadania e ação política. Ou seja, tira o indivíduo da atuação passiva e o faz participar ativamente de sua responsabilidade política, assumindo o fato de ser co-participante no governo. Para efetivar essa participação na vida pública implica uma igualdade dos indivíduos em relação ao saber e à formação,

isto é, permitir ao indivíduo, enquanto governado, ter conhecimento de seus direitos e deveres e que forneça subsídios para assumir sua posição de governante potencial.” (Gonçalves, 1994, p.10)

O termo cidadania, aqui, propõe aquele sentido de plenitude que ele, em sua conotação ampliada, revela, ou seja, *“a idéia de uma participação consciente e voluntária na totalidade dos deveres e direitos cívicos, o exercício, assim, da cidadania”* (Gonçalves, 1994, p.60). Vejamos, portanto, o porquê de se acreditar que as primeiras medidas (e também algumas medidas atuais que continuam sendo veiculadas) relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas não se deram dentro de um paradigma de formação para a cidadania e dentro de uma proposta ética que se apóiam naquilo que Freire (1996) chamou de *“ética universal do ser humano”*.

As modalidades de prevenção sempre estão sendo originadas a partir de interesses ideológicos que sustentam uma determinada sociedade. No caso do Brasil, o paradigma que ampara as políticas e leis antidrogas⁶ é o mesmo que deu sustentação ao pensamento científico até a metade do século XX, ou seja, o pensamento determinista, linear⁷. Vista por este paradigma reducionista, a droga é definida como:

“... uma matéria-prima vegetal, mineral ou animal, que pode também servir como base para substâncias sintetizadas em laboratórios, da qual se extrai um ou mais princípios ativos. O adicto é o ser humano que se auto-regula dentro de um equilíbrio dinâmico tolerável, mas que, pelo uso contínuo de substâncias ativas externas ao corpo, vai desequilibrando-se e, com isso, têm aumentado as probabilidades de apresentar comportamentos inadequados ao convívio social, bem como de contrair doenças e morrer. O ser humano é, portanto, puro e saudável por princípio, e o que lhe acontece de mau ou ruim é por causa de substâncias externas a ele. Logo, se eliminarmos

⁶ Como o próprio nome indica, a lei antidrogas está pautada no princípio da repressão.

⁷ Esse pensamento interage dentro de uma lógica funcional de causa e efeitos pré-determinados.

estas substâncias ou impedirmos o contato, eliminaremos o problema.” (Meirelles, 1998: 149)

Dentro dessa análise lógica e reducionista, as drogas e os usuários são os causadores de todas as conseqüências danosas. Por isso, estabeleceu-se, no final do século XX, a luta e, porque não dizer, a guerra antidrogas⁸.

A repressão, uma primeira concepção de prevenção, foi um mecanismo que não obteve êxito, devido ao seu discurso alarmista e moralista, como também por destoar da realidade concreta do usuário. Essa concepção origina-se, historicamente, do modelo jurídico-moral e, posteriormente, do sanitarista⁹, que privilegiam os aspectos legais e aqueles referentes ao perigo do uso das drogas. O usuário, nesse sentido, é considerado como um infrator ou como vítima de um mal que é a droga. Trata-se de uma visão reducionista que não leva em consideração fatores sócio-culturais, psicológicos e biológicos. Sua prioridade é o produto tóxico proibido, assim como os efeitos nocivos sobre o indivíduo que o consome e o perigo ao qual a sociedade está exposta. (Bucher,1991)

Os adolescentes entrevistados, tanto do grupo 1 que representou a *“pedagogia repressiva”*, quanto do grupo 2 que representou a *“pedagogia da autonomia”*, demonstram insatisfação com relação a tal tipo de abordagem quando relatam:

“ Estamos cansados de escutar estas palestras que não têm nada a ver com a nossa realidade e nem com a verdade. As pessoas costumam inventar muito em cima do real para ver se convencem os jovens a não usarem as drogas. Quando falam

⁸ Cabe lembrar que a lei 6368/76 foi advogada durante o período do regime militar (1964 – 1985) e o plano político deste modelo é marcado pelo autoritarismo e supressão dos direitos constitucionais. Sendo assim, a lei antitóxicos não teria outra perspectiva senão a do combate, a da educação proibitiva através de um discurso moralista.

⁹ Necessário se faz pontuar que ao lado do modelo sanitarista ortodoxo, ou seja, aquele que considera o uso abusivo de drogas como uma enfermidade contraída ou genética (enfermidade biológica/mental) houve uma outra corrente da reforma sanitária, entendida como um movimento social que no final da década de 80, foi apresentado à sociedade brasileira como o caminho possível à contextualização das questões de saúde. Assim, a perspectiva atual deste modelo sanitarista para a compreensão do abuso de drogas está situado não apenas nos fatores de causa e efeitos pré-determinados, mas na contextualização entre homem, droga e meio sócio-cultural.

de drogas, geralmente querem nos assustar, com cenas horríveis, com slides e filmes ainda mais horríveis. Falam mal da droga, as pessoas que usam morrem de rir, caçoam, pois sabem que não é bem assim. Falam só do mal que a droga provoca, mas não admitem que ela também faz bem. Para quem gosta, este tipo de trabalho se torna uma "babaquice". Acho que as palestras deveriam ser mais light, mais reais, mais concretas mesmo, levando em consideração aquilo que já sabemos. Falam também de uma proibição, da questão legal etc e tal, a gente sabe de tudo isto, só que quem vem falar coloca a droga num pedestal e as coisas não são bem assim."(Fernanda,17anos, 1ºA, 06/10/00 - Grupo 1)

"Todos os palestrantes que vêm na escola dizem a mesma coisa: falam do mal que a droga traz , mostram aqueles cartazes e filmes horríveis em que o usuário sempre se dá mal. Na verdade, aqueles que usam pensam: "comigo é diferente, este pessoal não está com nada". É assim que ouço meus colegas usuários falando. Na realidade este tipo de trabalho é cansativo, entra num ouvido e sai pelo outro, não traz nenhum proveito, mas isto acontece porque o pessoal não sabe conversar com os adolescentes. O trabalho de prevenção na escola não deveria ser esta cansaça, que impõe uma certeza de fora para a gente. Eles não sabem fazer prevenção. Prevenção com repressão a gente não quer não." (Márcio, 18 anos, 2º B, 06/12/00- Grupo 2)

Como os adolescentes relatam, para a sustentação da proposta repressiva são utilizados argumentos de ordem moralista, sensacionalista ou, ainda, emocional, objetivando chocar, amedrontar e alarmar a sociedade e, principalmente, os usuários. Esse tipo de discurso não obteve e continua não obtendo repercussão, visto que a exagerada forma de abordar os fatos não coincide, pelo menos de imediato, com aqueles efeitos que os próprios usuários experimentam. Tal ineficácia pode ser observada nos relatos dos adolescentes quando, em entrevista, lhes foi perguntado sobre a importância do desenvolvimento de projetos de prevenção do uso indevido de drogas em sua escola. Obtiveram-se respostas do tipo:

"Acho muito importante este trabalho na escola, pois, nem todos os pais têm abertura para conversar com a gente. O

adolescente precisa destas informações para que ele possa escolher melhor sobre o que vai fazer de sua vida, só que não adiantam estas palestras cansativas que a gente está cansado de ouvir a mesma coisa. Droga faz mal, não use, ela mata, dá cadeia, enfim, eles querem aterrorizar para a gente não usar. Este papo é “careta”, a gente tem curiosidade de saber das coisas, mas queremos participar, dialogar. Com o adolescente não adianta impor, pois ele é do contra, gosta de mostrar que é livre para fazer o que quer. Igual aquelas propagandas que mostram o usuário se acabando, morrendo, aquilo é ridículo, pois quem usa, nem sempre acaba assim, se acaba é mais devagar. Também, quem usa só vê que está se acabando quando não tem mais jeito. Acho que um projeto legal é aquele que dá espaço para o adolescente falar, não é pelo medo que alguém vai nos convencer. Uma vez participei de uma palestra que o pessoal começou mostrando um tanto de gente morta, um pessoal seco, definhado, a gente começou a rir e o mais interessante é que o palestrante fumava. No final da palestra ele acendeu um cigarro e saiu fumando, a gente não agüentou, fomos atrás dele e metemos o ferro nele. Tá achando que só o bagulho que mata?” (Fabiana, 17 anos, 3ºA, 04/10/00- grupo 1)

“Os palestrantes geralmente têm uma visão distorcida de jovem, acreditam que somos ingênuos e então trazem um discurso moralista para a gente, acreditando que estão corretos e que têm a verdade. As informações que trazem, muitas vezes, já sabemos de todas através dos livros. A questão da prevenção não está apenas no fato de explicar o que a droga provoca, a questão é abrir a mente do sujeito para a responsabilidade diante de sua vida, mostrar e fazê-lo refletir sobre o que ele está fazendo e pode piorar a sua vida. Entende? Desenvolver estes tipos de atividades para a gente não tem validade, os palestrantes e as escolas deveriam entrar na linguagem e no mundo dos jovens, do jeito que fazem, não está com nada.”(Malaquias, 13 anos, 1º B, 08/11/00- Grupo 2)

Outra característica dessa visão, como bem mostra o depoimento da adolescente, é o combate das drogas ilícitas e a omissão em relação às drogas lícitas que, inclusive, são incentivadas pela mídia para serem consumidas. Entretanto, elas não são, em sua essência, menos prejudiciais para a saúde dos usuários que as ilícitas. Assim, a idéia que se propaga é aquela que os usuários de “drogas mais pesadas” iniciam o uso pela maconha. Na realidade, dados

estatísticos¹⁰ revelam que o consumo de drogas pelos jovens tem seu início, principalmente, pelo álcool e tabaco. **(Ver dados na página 49 - nota de rodapé n.º 5)**

A idéia de que os bons cidadãos não consomem drogas ou, quando consomem, apenas utilizam as drogas lícitas aposta numa proposta ideológica de incluídos x excluídos, ou seja, numa idéia de que os bons cidadãos são aqueles que estão dentro da lei. (Bucher, 1991)

Ao perguntar aos adolescentes sobre a ênfase dada pela maioria dos profissionais da prevenção, relativa aos tipos de drogas tem-se:

“Eles falam de álcool e tabaco, mas muito pouco. Gostam de aterrorizar é com o bagulho, com a farinha e assim por diante. Álcool é prejudicial, mas pode né? Não dá cadeia, ninguém olha com olhos de mal para um adolescente que usa álcool, às vezes ele bebe acompanhando o próprio pai ou a família, mas deixa eles saberem que rola um bagulho. Aí o bicho pega. Acho que é esta mensagem, no fundo, é que é passada: Melhor beber que usar bagulho. A própria televisão diz isto o tempo todo e o governo aprova, tem a questão política por detrás, lá em casa a gente conversa sobre isto. A gente sabe que álcool é ruim também, mas falam muito é das drogas proibidas, são as mais faladas. Injetáveis eles adoram, quanto mais pesada, mais medo eles querem colocar. Ah! Do crack, também, eles gostam de falar. Gostam também de mostrar o gráfico subindo em relação ao consumo e dependência dos adolescentes, falando que o início do uso é quase sempre pela maconha. Gostaria de saber se isto é realmente verdade, mas verdade mesmo.” (Flor, 16 anos, 2ºB, 07/12/00-Grupo 1)

No sentido apontado pela adolescente, um trabalho de Carlini-Cotrim & Rosemberg (1991) aponta que os materiais didáticos utilizados em escolas de 1º e 2º graus, para tratar da prevenção do uso de drogas, apelam por procedimentos que denotam generalizações dos efeitos das drogas e também do percurso do usuário.

¹⁰ IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras, 1997-CEBRID.

Utilizam-se, para tanto, estatísticas alarmistas e infundadas. Isso pode ser confirmado pelo depoimento da adolescente.

A ineficácia dessas ações, na maioria das vezes, desperta os jovens para exercer a sua liberdade diante do proibido. Se a tendência do adolescente é marcar sua auto-afirmação, seu direito de escolha e com isso contradizer o “dito”, encontra aí um ótimo álibi para pôr à prova sua liberdade de escolha.

Com relação à forma (estratégia) ideal para abordar o tema com o adolescente, eles relatam:

“Você sabe, adolescente é meio rebelde, não adianta impor, se você vem na pressão não consegue nada. Adolescente é do contra, às vezes só para contrariar ele faz o contrário. Se os pais falam uma coisa de forma autoritária acontece o contrário, da mesma forma é na escola, se o professor ou qualquer pessoa quer mandar, quer exercer pressão aí pode saber que a coisa não anda, dá para trás. O negócio é abrir para discussão, deixar o adolescente falar das suas idéias, discutindo numa boa, talvez ele até mude de opinião, mas não pode forçar a barra.” (Milton, 16 anos, 1ºB, 08/11/00- Grupo 1)

"Ah! Tem que chegar junto, senão não funciona mesmo. Adolescente é arredo, fica com o pé atrás. A gente desconfia de tudo e de todos e debochamos também, principalmente, quando querem convencer a gente na marra. A melhor forma é não vir com repressão, com força. Sabe como? Falar, conversar, pedir nossa opinião, não jogar '7/1' para cima da gente." (Kátia, 13 anos, 7ª B, 15/11/00-Grupo2)

Essas metodologias utilizadas pela concepção repressiva, buscando alcançar os seus objetivos, lançam mão de estratégias para apelar às emoções dos jovens. Tais estratégias variam desde palestras abordando, de forma exagerada, os malefícios causados pelas drogas até a apresentação de vídeos com fetos abortados, como consequência do uso da droga. Isso pode ser confirmado pelo

depoimento consensual dos adolescentes, **quando indagados sobre os tipos de estratégias mais comuns utilizadas pela escola para abordar o tema:**

“ Geralmente são lâminas com dados estatísticos, slides com os tipos de drogas, filmes que mostram os adolescentes na lama, aqueles comerciais que a rede Globo gosta para aterrorizar o uso do pó e do crack. Tipo aqueles que a Cláudia Ohana participou uma vez, onde ela se consumia. Lembra? Tudo bem que possam mostrar isto, mas é muito dramático para o meu gosto. Na realidade custa para a pessoa chegar naquele ponto. Isto não convence o jovem. Sem contar que se a gente criticar a Diretora é bem capaz de dar uma advertência. Os professores pedem pesquisa de vez em quando, mas é muito raro. O que mais acontece são outras pessoas, que vêm de fora, falarem para a gente.” (Márcio, 18 anos, 2ºB 06/12/00-grupo2)

Com relação ao aspecto metodológico, a propagação da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), também serviu de instrumento alarmista para coibir o uso das drogas, como se o principal fator de risco para sua contaminação fosse esse consumo. Evidente que se constitui como mais um fator, porém, para os usuários que se previnem dos danos associados ao uso, ou se são indiferentes a estes danos, esse discurso passa a ser ultrapassado e infundado, já que se sabe, hoje, que toda a sociedade se constitui em grupo de risco de tal doença.

“Nos tempos da AIDS, estes são particularmente agudos e fazem mudar radicalmente o panorama da questão social das drogas, com repercussões para toda a população, vivendo hoje em situação de risco no seu conjunto.” (Mesquita & Bastos, 1994, p.71)

Com referência a este aspecto os adolescentes relatam:

“O pessoal que vem dar palestra ou mesmo alguns professores que falam do assunto, pegam pesado na questão da AIDS, como se só quem usasse droga pegasse AIDS. Os colegas que

usam comentam que não é assim, mas aí a pessoa acha que ele está zuando e já apela para a disciplina, chama até o disciplinário se a ordem não for mantida. É uma careta danada. Ninguém tem o direito de pensar, de achar alguma coisa. A verdade é aquela que eles trazem e pronto!" (Fabrícia, 17 anos, 1º B, 04/12/00- Grupo2)

Freire (1996) salienta que um dos saberes fundamentais à experiência educativa é o conhecimento dos educadores no que se refere às dimensões que caracterizam a essência da prática. Uma dessas dimensões inclui a capacidade que o ser possui de apreender os objetos. Se essa dimensão não é levada em consideração, tem-se que o aprendiz funciona muito mais como “paciente” da transferência de conhecimentos do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. Se apreender requer construção e reconstrução, não há como realizar a apreensão diante de uma prática sem a abertura ao risco e à aventura do espírito. Pode-se apostar, desta forma, que um dos motivos que levaram à insatisfação e, em alguns casos, à superação desse modelo repressivo foi justamente a capacidade apreensiva que os sujeitos possuem. Segundo Freire (1987), a prática pedagógica alicerçada na concepção da “*pedagogia repressiva*”:

"Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo espacializado neles e não nos homens como "corpos conscientes". A consciência como se fosse alguma seção 'dentro' dos homens, mecanisticamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá "enchendo" de realidade Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. Como se os homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles, que tivesse por distração "enchê-los" de pedaços seus." (Freire, 1987, p.62-63)

Os sucessivos fracassos da prevenção baseados na repressão levaram profissionais de várias áreas do conhecimento, entre elas educação, saúde, psicologia, sociologia, antropologia etc, a discutirem e proporem uma nova abordagem preventiva, apostando, não nas interdições, mas na responsabilidade individual diante dos fatores de risco, já que o aumento do consumo e os fatores de risco não foram diminuídos diante das proibições.

Para atender tal perspectiva, tem sido discutida a idéia da educação preventiva, que leva em consideração a questão do consumo situado no contexto social e humano. O abuso do consumo deve ser analisado como um sintoma que ocorre em função de vários aspectos: biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, entre outros. O uso e o abuso são inseridos numa realidade concreta, focalizando a responsabilidade pessoal e não apenas apontando a droga como um produto perigoso. (Bucher, 1991)

Ao perguntar para os adolescentes, que participaram do projeto Adole-ser, sobre sua percepção em relação às estratégias utilizadas em suas atividades, foram obtidos os seguintes tipos de resposta:

“Todo mundo que participou deste projeto fala que ele o foi o primeiro que, realmente, abordou de forma aberta a prevenção, não sei se foi porque foram profissionais da N.P, pois têm maior conhecimento, foram os primeiros que falaram claramente para a gente...” (Maurílio, 17 anos, 1º B, 24/10/00-Grupo2)

“Teve espaço para o diálogo e também eles não começaram com aquelas palestras cansativas, que falam que a droga faz mal. Primeiro criaram um espaço para discussão e reflexão através das oficinas e dinâmicas que nos despertaram para querermos saber de dados mais científicos depois. Aí entrou a parte de mitos e verdades e a gente que tinha que tentar achar uma resposta. Todos queriam que eles voltassem para

trabalhar de novo com a gente.” (Márcio, 18 anos, 2ºB, 06/12/00-Grupo2)

“O mais legal foi que eles deixaram a gente se posicionar nas escolhas, escutando sobre o que a gente pensava. Tinha gente que mudava de opinião no meio das atividades. Foi muito interessante!” (Manoel, 16 anos, 2ºA, 04/10/00-Grupo2)

“O que eu mais gostei é que eles deram espaço para o adolescente se posicionar e é disto que a gente precisa.” (Marcos, 16 anos, 1ºB, 24/10/00-Grupo2)

“Eu gostei porque no final cada um tinha que tirar sua própria conclusão, não teve nada imposto.” (Fátima, 18 anos, 07/10/00-grupo2)

“Foi diferente de tudo que eu já assisti, eles não mandaram fazer a escolha que era certa, deram espaço para discussão. Não foram aquelas palestras enjoadas. As oficinas é que eram legais. Acho que nunca vou esquecer deste trabalho, mexeu com muitos colegas que fazem o uso.” (Feliciano, 17 anos, 2º A, 06/10/00-grupo2)

"Achei diferente de todas as palestras de drogas que participei na escola, quer dizer que já assisti, pois a gente não participa de nada, o tempo todo o pessoal só fica falando com a gente e a gente escutando e, muitas vezes, a gente fica dormindo ou zutando, pois não dá para agüentar. Eles deixam a gente falar o que a gente pensa, depois a gente sai na maior dúvida o que é melhor e o que pior, faz a gente pensar sobre o assunto mesmo." (Flávia, 13 anos, 7ªA, 07/10/00- Grupo2)

Freire (1996) aponta que um outro saber necessário à prática educativa é a abertura aos outros, ou seja, a disponibilidade curiosa para a vida, pois a ética da abertura fornecerá a viabilidade do diálogo e, em consequência, da escuta.

“Seria impossível saber-se inacabado e não se abrir ao mundo e aos outros à procura de explicação, de respostas a múltiplas perguntas. O fechamento ao mundo e aos outros se torna transgressão ao impulso natural da incompletude. O sujeito que se abre no mundo e aos outros inaugura com seu gesto a

relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história.” (Freire, 1996, p.153-154)

Neste sentido apontado por Freire (1996), o relato da adolescente parece muito pertinente:

“Nós não somos resistentes às informações, muito pelo contrário, temos muita curiosidade em tudo, só não dá para encarar estas idéias prontas que trazem para nós. No Adolescer todo mundo queria participar, todos estavam super interessados, as turmas não viam a hora de chegar o momento delas participarem. Tudo isto porque eles deram abertura para a gente falar e partiram de nossas próprias dúvidas e experiências, vocês tinham paciência para nos escutar. Se eles tivessem chegado da forma que a maioria chega para falar, ou seja, dizendo o que é certo ou errado ou com aquela falação de sempre: de que a droga faz mal e mata, com certeza eles teriam sucesso.” (Fernandina, 15 anos, 1ºA, 06/12/00- Grupo2)

Freire (1996) ressalta a importância de se respeitar os saberes dos educandos, saberes estes socialmente construídos em sua prática comunitária, para que eles possam perceber uma coerência naquilo que é transmitido, assim como também estabelecerem acerca do aprendido uma verdade que lhes seja particular.

A abordagem preventivo-educativa voltada para uma *“pedagogia da autonomia”* coincide com a proposta de Freire (1996), pois parte dos pressupostos dos valores da vida humana, incluindo a capacidade particular de auto-realização do ser humano. Leva em consideração a contextualização histórica em que as pessoas estão inseridas, a sociedade e suas nuances, assim como o entendimento da produção das drogas na sociedade. Vista por esse prisma, é possível dizer que a dimensão ética dessa abordagem é de cunho não-moralista e preconiza a responsabilidade do cidadão em relação a suas escolhas, sua saúde e ao seu corpo. A proposta é direcionada para conscientização das crianças e jovens, no sentido de

conseguir efeitos amplos, duradouros e multiplicadores. Tal abertura pressupõe que o papel dos educadores seja o de despertar no aluno uma consciência crítica, avançando para além dos conteúdos sistematizados, com o propósito de se aproximar cada vez mais da realidade social dele. Para tanto, é necessária uma revisão de valores e atitudes no sentido de contemplar a questão de forma mais dialética, democrática e humanizadora. Mais que uma proposta política, regulamentada por lei, esse tipo de ação preventivo-educativa requer do educador um comportamento ético e social para sustentar seus objetivos.

3.2 A Nova Proposta de Prevenção

Uma nova proposta que vem sendo utilizada por escolas e outros órgãos é a prevenção a partir de três níveis: primário, secundário e terciário.

A prevenção primária pretende atuar antes que haja o uso da droga. Deve ser iniciada na infância, associada a um quadro mais amplo de educação para a saúde. Deve contar com o apoio de *“educadores naturais, sendo pais e professores”* (Bucher, 1991, p. 32). Com os jovens e adultos, ela precisa voltar-se para a conscientização e sensibilização diante de sua existência e, em conseqüência, para a responsabilidade de suas escolhas. Portanto, é esse o tipo de prevenção a mais necessária na escola, pois é a partir dela que será possível evitar que o adolescente faça o uso e/ou abuso da droga.

A prevenção secundária é um prolongamento da primária. No nível secundário, já houve o consumo de alguma droga, mesmo que de forma intermitente, e a preocupação aí é que a dependência não se instale. Assim, é importante dialogar com o usuário, tendo o cuidado de fazer intervenções para que

ele possa se informar e, ao mesmo tempo, questionar-se a respeito do significado que atribuí a tal uso. Esse diálogo poderá vislumbrar outras possibilidades de escolha, evitando, inclusive, outros fatores de risco em que o usuário possa se envolver, ou seja, riscos legais, de saúde física e psicológica, etc.

É importante lembrar que o uso da droga por alguns adolescentes, como experimentação ou rito de passagem, não se constitui em abuso ou dependência. Considera-se, também, que o uso de alguma droga possa acontecer esporadicamente nas vidas de algumas pessoas, sem necessariamente constituir-se em abuso, pois este é visto como um uso mais contínuo e em maiores quantidades. Por outro lado, nem todo abusador é considerado dependente. O dependente necessita da droga, de forma mais contínua, geralmente o uso é diário, e em quantidades cada vez maiores. Não é possível precisar qual usuário esporádico possa vir a ser abusador ou não, assim como não é possível prever se o usuário esporádico e abusador se tornará dependente. Inúmeras variáveis influenciam essa questão, ou seja, aspectos socioculturais, biológicos, psicológicos, econômicos etc. A relação que o usuário traça com a droga parece ser um determinante para se instalar a dependência. Assim, é muito importante que as pessoas que estejam dispostas a contribuir com intervenções junto aos adolescentes usuários e/ou abusadores estejam abertas à escuta para compreenderem o significado do uso e/ou abuso.

Já a prevenção terciária pressupõe que a dependência esteja instalada.

“Atuando antes de um tratamento adequado, ela visa ajudar na formulação de um pedido de ajuda. Durante o tratamento visa a desdramatização da situação, sem, contudo minimizá-la, ajudando o usuário a não interromper o processo terapêutico. Após o tratamento visa uma ação conjunta com uma instituição especializada em reinserção social.” (Bucher, 1991, p. 31).

Vários fatores podem influenciar no sentido de não se realizar o tratamento da dependência, dentre eles, o desinteresse ou o conflito vivenciado pelo próprio usuário, a falta de condições econômicas, inexistência de programas sociais públicos, falta de apoio familiar, nível de dependência física ou psicológica etc. Nesse caso, a prevenção terciária visa a diminuir os danos que o uso possa causar. As medidas de prevenção enfatizam a conscientização dos usuários a respeito dos cuidados que eles devem ter ao fazer o uso da droga, ou seja, não compartilhar seringas, fazer o uso de preservativos (camisinhas) para evitar a contaminação pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e, ainda, a substituição de uma droga por outra para tentar uma redução dos efeitos prejudiciais.

No Brasil, a oferta de prevenção terciária é relativamente dificultada por questões legais. Não existe, ainda, uma lei que permita ou favoreça campanhas de trocas de seringas usadas por seringas descartáveis ou que possibilite uma campanha de redução de danos que vise à orientação quanto à substituição de uma droga por outra. Como existe proibição quanto ao uso de drogas ilegais, a substituição é vista, ainda, como forma de incentivo ou permissão de uso, sem considerar, entretanto, que tal não é o objetivo da proposta.

Com relação aos níveis de prevenção utilizados, hoje, na proposta preventiva, os seis professores entrevistados mostraram-se desconhecedores de seus objetivos. Apontaram, apenas, que qualquer proposta de prevenção objetiva evitar o uso das drogas.

“Não sei se prevenção tem diferença de abordagem, prevenção para mim é conversar com os meninos para que eles não utilizem as drogas. Existem vários tipos?” (P5, 06/12/00)

“Sou leiga a respeito do assunto. Sei o que é prevenção de uma forma geral. Existem diferenças? Gostaria de entender.” (P2, 05/03/01)

“Existem níveis, nunca ouvi falar. Gostaria que explicasse, me interessa muito a respeito desse assunto.” (P3, 05/03/01)

“Sei, cá comigo, que tem diferença no trato com os adolescentes, mas não sei que diferença é esta. Esta prevenção feita aqui na escola, pela Newton Paiva, foi qual?” (P6, 06/03/01)

“Existe diferença nas abordagens? Acho que esta prevenção que o grupo da Newton Paiva fez aqui no colégio não é preciso. Não tenho conhecimento de alunos que usem drogas aqui. Agora, acredito que na escola estadual que trabalho, aí sim, precisa de prevenção. Isto que vocês fizeram deu em quê? Fiquei sabendo que os meninos gostaram, amaram participar, mas eles não são usuários. É necessário socorrer as escolas de prefeitura e estado, lá sim, os meninos usam para valer. Quebram os carros dos professores, ameaçam os professores. Outro dia tive que conversar com uma professora para acalmá-la, pois ela discutia com uma adolescente drogada, os professores batem boca mesmo, não sabem nem o risco que estão correndo.” (P1, 07/03/01)

“Nunca ouvi falar sobre isto.” (P4, 07/03/01)

Os relatos dos professores revelam o desconhecimento em relação às propostas preventivas atuais. No relato de P1 é possível averiguar o mito de que são os adolescentes de classes populares que utilizam as drogas, o professor acredita que não seria necessário abordar a prevenção com os alunos de classe média. Aposta, também, que a prevenção seria necessária, apenas, para aqueles adolescentes que já fazem o uso das drogas.

Dos adolescentes entrevistados, tanto do grupo 1 quanto do 2, a maioria acredita que a prevenção na escola é de fundamental importância, pois acresce ao

que os pais não têm condições de orientá-los. Acreditam, também, que é um problema com o qual eles convivem no cotidiano e, como a escola é o segundo local que eles ficam a maior parte de seu tempo, a instituição deveria fornecer-lhes subsídios para conviverem com uma situação que atinge toda a sociedade. Os alunos que não consideram importante a prevenção escolar possuem um histórico de experiências repressivas com relação a ela.

O depoimento da adolescente ilustra de forma geral os relatos dos que dão importância à prevenção feita pela escola:

“O problema da droga atinge todas as pessoas, independente da cor, raça, nacionalidade, padrão social. Os mais riquinhos podem esconder o problema de uma forma melhor. Tampam o sol com a peneira, não deixam o “filhinho” na cadeia e às vezes ele não precisa traficar, mas o problema é o mesmo. Os pais devem falar de prevenção com seus filhos, são os primeiros responsáveis, mas a escola também deve falar de prevenção sempre, pois ficamos a maior parte de nosso tempo aqui. Nossa vida é escola e casa, praticamente. Para ser cidadão é necessário ser consciente. Como os adolescentes serão cidadãos conscientes se vivem dopados? É muito necessário fazer prevenção para nós, mas do jeito que a Newton Paiva fez, uma coisa aberta. Quando o pessoal do “Adole-ser” veio aqui muita gente saiu pensando se o melhor caminho era realmente continuar no uso. Muita gente saiu balançada. A escola deveria investir mais.” (Feliciano, 17 anos, 2ªA, 06/10/00- Grupo2)

O depoimento da adolescente aponta que é papel da escola a continuidade da prevenção que, provavelmente, pôde ter sido iniciada com a família. Aponta, também, para a desmitificação de que o aluno usuário é apenas aquele das classes sociais populares e para a necessidade de uma proposta preventiva que tenha como meta a formação do cidadão consciente, sendo necessária a prevenção para todos os alunos, usuários ou não, de classes sociais populares ou abastadas.

O relato da adolescente mostra o equívoco de P1 ao confirmar que há usuários entre eles e que sentem a necessidade de um espaço de discussão acerca do tema.

Frente ao desconhecimento e às dúvidas apresentadas pelos professores no que diz respeito aos níveis de prevenção, fez-se necessário discutir com eles o assunto, informando-os sobre os objetivos diferenciados dos níveis de prevenção.

Foi interessante perceber, após a intervenção informativa aos professores, a disponibilidade para tentarem articular sua prática diária aos níveis de prevenção. Alguns professores buscaram pensar as necessidades de alguns alunos em especial, para tratar as demandas, já conhecidas, de forma diferenciada.

Quanto ao P1:

“Confesso que imaginei que a prevenção deveria estar voltada para os alunos que já apresentam alguma demanda de uso. Mas agora, sabendo como funcionam as propostas, é que vejo a necessidade de prevenir o quanto antes. A prevenção primária é a mais importante de todas, para evitar o abuso e a dependência. Vejo que eu estava equivocado. É fundamental ter essas informações.” (P1, 07/03/01)

É importante perceber como se faz necessário o melhor preparo dos professores para lidarem com essa temática. Eles se mostram preocupados com a situação mas, às vezes, são pouco ou nada instrumentalizados para intervirem de uma forma mais adequada em relação à questão.

No que diz respeito ao nível de prevenção, qualquer que seja, devemos transmitir mensagens que tenham credibilidade. Discursos alarmistas, repressivos ou de cunho moralista tendem a encobrir realidades que devem ser conhecidas para que, de fato, a prevenção seja eficaz.

A preocupação em formar cidadãos conscientes deve ser o principal objetivo de uma proposta de prevenção, visto que uma vida saudável requer, entre outros fatores, a implicação dos indivíduos em suas escolhas pessoais.

É possível finalizar esta seção assinalando que é no ato da participação consciente e voluntária em relação à gama dos deveres e direitos cívicos que o exercício da cidadania se efetivará. É importante, também, lembrar que a cultura da escola em sua rede de interações e relações está sempre repassando mensagens que são absorvidas pelos alunos em formação. Assim, pretende-se defender que a escola possui papel importante no processo de instrumentalização dos alunos quanto às abordagens preventivas do uso indevido de drogas.